



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
OUVIDORIA-GERAL**

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 03/2021
UNIDADES JUDICIÁRIAS DA COMARCA DE FORTALEZA**

Aos 10 (dez) dias de setembro de 2021, às 09h30, por videoconferência, no endereço eletrônico https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19:meeting_ODNINzY0OTEtODVjMy00MjU0LWExMDktYjM4NTIwZWQ3ZWY2@thread.v2/0?context=%7B%22Tid%22:%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22,%22Oid%22:%22ad048219-65bd-49c8-b41c-28cacd419714%22%7D, ocorreu a 3ª Audiência Pública da Ouvidoria do Poder Judiciário do Estado do Ceará, com a participação das Unidades Judiciárias da Comarca de Fortaleza. O encontro teve como objetivo ouvir as demandas, comentários, elogios e críticas da sociedade em geral, instituições públicas e magistrados que atuam nas referidas Unidades Judiciárias. Estiveram presentes, a Desembargadora Tereze Neumann Duarte Chaves, representando a Ouvidoria-Geral do Poder Judiciário, a equipe da Ouvidoria - Cinthia Andréia Mesquita Silva – Coordenadora, Mônica Sales de Mendonça, Oleângela Gomes de Lima Melo, Karla Weides Nogueira; a Juíza Ouvidora do Fórum Clóvis Beviláqua, Dra. Valeska Alves Alencar Rolim, coordenando os trabalhos, assim como a Exma. Sra. Juíza Ana Cristina de Pontes Lima Esmeraldo, Diretora do Fórum Clóvis Beviláqua e os abaixo relacionados:

Dra. Solange Menezes Holanda – Juíza Titular da Vara de Crime contra a Ordem Tributária e Supervisora da SEJUD 1º Grau;

Dr. Cléber Castro Cruz - Juiz Titular da 16ª Vara de Família de Fortaleza;

Dr. André Aguiar Magalhães – Juiz da Turma Recursal dos JECCs;

Dra. Flávia Setúbal de Sousa Duarte – Juíza da 17ª Vara Criminal de Fortaleza;

Dr. Roberto Soares Bulcão – Juiz da Vara de Auditoria Militar;

Dr. Paulo Sérgio dos Reis – Juiz da 6ª UJEC;

Dra. Marília Leitão Fontoura – Juíza da 19ª UJEC;

Dr. Mauro Feitosa – Juiz de Vara de Família.

Dra. Regina Câmara – Juíza da 1ª Vara de Família;

Sra. Liana Borges, representante do Prefeito de Fortaleza, Dr. José Sarto Nogueira;

Dr. João Paulo Nogueira – Representante Jurídico da Prefeitura Municipal de Fortaleza;

Dr. Fábio Campelo Conrado de Holanda – Procurador Federal Chefe;

Dr. Helton Heládio Costa Lima Sales – Procurador Federal, Coordenador do Núcleo de Matéria Previdenciária;

Dr. Henrique Oliveira, Conselheiro Titular da OAB/CE, representando o Presidente do órgão, Dr. José Erinaldo Dantas Filho;

Dr. Gúcio Carvalho Coelho – Juiz da 8ª Vara de Família;

Dr. Francisco André Karbage Nogueira - Promotor da 20ª UJECrim;

Dr. Antônio Washington Frota – Juiz da 1ª Vara Cível de Sobral;

Dr. Ademar da Silva Lima - Juiz da 9ª Vara de Família;

Dra. Regina Câmara – Juíza da 1ª Vara de Família;

Outros.

A Audiência foi aberta às 09h30, pela Exma. Sra. Juíza Ouvidora do Fórum Clóvis Beviláqua, Dra. Valeska Alves Alencar Rolim, que saudou aos presentes e dissertou sobre o papel da Ouvidoria e seus objetivos junto à sociedade. Em seguida, passou a palavra à Desa. Tereze Neumann Duarte Chaves, que também recepcionou aos presentes e passou a palavra às autoridades inicialmente confirmadas, inicialmente ao Sr. Procurador Federal, Dr. Helton Heládio Costa Lima Filho.

O Dr. Helton Heládio Costa Lima Filho pontuou à propósito de dois pontos principais: **1. à dificuldade em dar vazão ao grande número de perícias em processos de natureza acidentária, inobstante o esforço do TJCE; 2. aperfeiçoamento da interface do E-Saj para melhoria da comunicação dos atos processuais para a Procuradoria Federal, solicitando uma maior interação para as comunicações processuais entre a Justiça Estadual e a Procuradoria Federal.** Em seguida, falou o Sr. Procurador Federal Chefe, Dr. Fábio Campelo Holanda, que solidarizou-se com todos quanto ao incêndio ocorrido na sede do TJCE. Agradeceu pela gentileza da reunião. Reafirmou o problema das perícias – face à escassez de peritos. Ressaltou a competência da Procuradoria Federal, que representa cerca de 160 instituições federais. Tal fato motivou por parte da Procuradoria Federal, o **encaminhamento de um Ofício (datado de fevereiro de 2021) à Presidência do TJCE – Ofício SEI 36834/2021 (existe demanda anterior de junho de 2020), objetivando esclarecer quais as atribuições que deveriam ser encaminhadas aos órgãos da Advocacia Pública Federal, pois que os usuários do sistema E-Saj encaminham expedientes equivocados, dirigindo à Procuradoria Federal, intimações/citações que não dizem respeito à Procuradoria Federal.** Ressaltou a ajuda do setor de TI do TJCE na resolução do assunto. Por fim, pontuou acerca de agendamento de audiências para a Procuradoria Federal, e suas consequentes intimações sendo feitas com prazo exíguo, o que inviabiliza o comparecimento de um Procurador, postulando por fim, que essas intimações sejam feitas com prazo suficiente. Reafirmou a solidariedade da Procuradoria Federal com o TJCE quanto ao evento do incêndio ocorrido na sede da instituição.

Na sequência, a Desembargadora Ouvidora informa a recepção, registro e encaminhamento à Presidência, com o devido acompanhamento por parte das Ouvidorias e da Diretoria do FCB.

O Dr. Henrique Oliveira, Conselheiro da OAB/CE e representante da Presidência do órgão. Saudou aos presentes e pontuou da importância de se debater a melhoria no sistema de justiça e ressaltou um dos pontos de debate interno, que é o Balcão Virtual, que não traz ao cidadão e à advocacia, um retorno satisfatório, pois o atendimento pela ferramenta, acaba não sendo homogêneo, sobretudo por questões técnicas – falta de equipamentos, internet precária. **Assim, um pleito da OAB/CE, seria somar esforços para a melhoria do Balcão Virtual, sugerindo uma participação/cooperação efetiva da OAB/CE com o TJCE para viabilizar essa questão. Citou uma sugestão feita em reunião com a Presidência do TJCE – que o atendimento do Balcão Virtual fosse feito pelo próprio TJCE, que assim, poderia verificar qual a problemática ocorrida – quais unidades judiciárias teriam mais dificuldade, bem como o inverso. Enfim que**

tivesse uma ferramenta através da qual o advogado/parte pudesse acessar no próprio TJ, informando o processo, a vara e que aparecesse data e hora disponíveis para atendimento, no sentido de realizar acompanhamento efetivo dos atendimentos feitos através do Balcão Virtual das Unidades Judiciárias. Findou saudando a todos e solidarizando-se quanto ao incêndio ocorrido.

A Desembargadora Ouvidora agradeceu e reafirmou do acompanhamento da demanda junto à Presidência. Com a palavra a Juíza Ouvidora que deu a palavra à Representante do Prefeito, Sra. Liana Borges, Coordenadora Jurídica do Gabinete do Prefeito, que saudou a todos e citou o Dr. João Paulo, representante Jurídico da Prefeitura, que colocou à disposição da PMF, e informou que suas demandas seriam feitas posteriormente, por escrito.

Dr. Francisco André Karbage Nogueira, Promotor da 20ª UJECrim, que pleiteou: **1. Falou sobre os 04 Juizados Criminais existentes, e constata a grande incidência de prescrição nos processos que tramitam nos Juizados Criminais, pelo que sugere a realização de mutirões para designação de audiências (cuja falta de realização é o fator preponderante para aumentar a grande quantidade de prescrições), criação de mais juizados criminais, uma quantidade maior de servidores, etc. Solicitou pois, providências do TJCE para viabilizar maneiras de solucionar o problema.**

Desembargadora cita a importância da demanda e agradece a presença do Promotor.

Dr. Cleber Castro Cruz, juiz da 16ª Vara de Família, que cumprimentou a todos os presentes na pessoa da Desembargadora, e pontuou sobre as precariedades das varas, no que se relaciona ao Balcão Virtual, observando as demais tarefas que as varas têm. Pontuou a propósito das dificuldades das unidades judiciárias, face à falta de condições estruturais das varas, além de colocar a angústia dos Magistrados em não poder realizar a prestação jurisdicional de forma satisfatória. Informou que as Unidades contam apenas com 2 servidores no Gabinete, e pouquíssimos ou nenhum servidor.

A Desembargadora informa da complexidade do problema e passa a palavra à Dra. Valeska, que constata a grande valia das manifestações. Passa a palavra ao Dr. Antônio Washington Frota, juiz de Sobral, que pleiteou acerca do SADJUS, ferramenta de avaliação dos servidores; afirmou de algumas situações em que o servidor está desestimulado. Com o SADJUS o Juiz informou que cria novas rotinas de trabalho, assim como gerencia servidores, e previne a instauração de PADs. Informou da iniciativa da CGJ de ligar aos juízes para saber do funcionamento satisfatório ou não dos meios de contato das unidades judiciárias do interior – Balcão Virtual e WhatsApp. **Solicitou a ampliação do uso do SADJUS para minimizar as reclamações quanto aos canais de atendimento.** A Desembargadora ressalta a concretude da solicitação do Juiz e afirma que iorá tratar do assunto com o Corregedor Geral de Justiça.

O Dr. Ademar da Silva Lima, juiz da 9ª Vara de Família. Inicialmente cumprimentou a todos na pessoa da Desembargadora Ouvidora. **O Juiz informou acerca das distribuições nas varas de família, que constata desproporcional entre as varas. Como tem tido muitos processos distribuídos para sua vara, tem perdido muitos dos benefícios, como a perda de um assistente judiciário, que não lhe foi concedido. Dra. Ana Cristina, Diretora do FCB, informa da ciência e providências que vem sendo tomadas pela Diretoria, já sendo o caso, de conhecimento inclusive da Presidência. Informou da ação conjunta da Diretoria do FCB, da SETIN e da Presidência do TJCe para solucionar o impasse.** A Desembargadora agradeceu à Diretora e afirmou ao Juiz que reforçará para a solução da demanda.

Palavra com Dr. Mauro Feitosa, juiz da Vara de Família – Reitera o pleito do Dr. Ademar da 9ª Vara, no que concerne à distribuição desproporcional de feitos para as varas de família. Questiona

o sistema informatizado de distribuição de demandas, que entende não justificável. Questiona ainda, qual a providência do TJCE quanto à falta de estrutura de pessoal nas Unidades Judiciárias. Para ratificar a demanda relativa às distribuições equivocadas nas Varas de Família, o Dr. Ademar apresentou dados estatísticos que comprovam a disparidade na distribuição de demandas. Dra. Valeska informa que a Diretoria do FCB, a SETIn estão empenhados em resolver o quanto antes a demandas.

Dra. Regina Câmara, da 1ª Vara de Família, que reitera a questão da distribuição desproporcional das varas de família, que foi prejudicada também com a perda do assistente, está sem estagiário e sua equipe é de apenas 04 servidores. Questiona a quantidade de servidores nos gabinetes; questiona a lentidão da feitura de expedientes pela SEJUD. Informa que embora cumprindo a Meta 1 não recebeu qualquer benefício – assistente ou estagiário para reforçar a equipe. Enfim, coloca as grandes dificuldades enfrentadas pelos Magistrados com a falta de estrutura física e humana para a melhoria dos serviços.

Desembargadora entende a dimensão do problema e informa que reforçará para resolução rápida da demanda.

Dr. Antônio Washington da 1ª Vara Cível de Sobral com a palavra, informou que em 2018 foi criado o programa de voluntariado no TJCE. A responsabilidade de cumprimento desse projeto é da SGP, que disse ao Magistrado que tal projeto ainda está sob estudo (Resolução do Órgão Especial nº 08/2018). O Magistrado encaminhou o CPA **8500304-10.2021.8.06.0167, questionando sobre a implementação dessa ferramenta. Solicitou verificação de viabilidade desse programa, face à importância dessa ferramenta, que muito auxiliaria às atividades da Secretaria.**

Dra. Solange Menezes, Juíza Coordenadora da SEJUD 1 – Informa que a SEJUD 1 está longe de chegar à perfeição, mas estão atentos à necessidade de cada unidade e empenhados em minorar os problemas para as unidades: a SEJUD 1 está sendo reestruturada, para o formato de divisão por competências, especializando as diretorias – por exemplo: do crime, cível, família, etc. Informa que a Presidência reforçou o quantitativo de funcionários na SEJUD 1.

Dr. Henrique Oliveira com a palavra informa algumas contribuições na época do Des. Washington, citando a liberação de modelos de expedientes, e a automatização de procedimentos do E-Saj, como p.ex.: **logo após a prolação de despachos/decisões/sentenças pelo Magistrado, o sistema automaticamente expedisse certidões e intimações às partes, cadastro de grandes empresas para receberem citações e intimações virtualmente; comarcas com dificuldades de cumprimento de expedientes por oficiais de justiça (citou o caso de Quixadá, que somente tinha um oficial de justiça, e que é do grupo de risco).** Afirma da felicidade de constatar pela fala dos Magistrados, que estão ansiosos para entregar a jurisdição.

Dra Valeska encerrou agradecendo a presença de todos, bem como as manifestações valiosas feitas e informando que todas as considerações serão analisadas e reiteradas junto aos canais competentes. Agradeceu ainda a presença de todos, ressaltando a importância da valorização de atos como este. Passou a palavra a Desembargadora Ouvidora.

A Desembargadora, antes de encerrar, passou a palavra à Diretora do FCB, que reforçou o empenho e o trabalho da Diretoria para resolver as problemáticas e as dificuldades expostas o mais breve possível. Há um trabalho coletivo de identificação de pontos críticos para poder atuar. Registra que inobstante as respostas não cheguem no momento que se espera, mas que o trabalho vem sendo realizado e agradece a todos.

A Desembargadora encerra afirmando da satisfação em receber as demandas, dizendo do quão produtivo foi o ato. Informa de reunião com a Presidência na tarde de hoje, e que vai adiantar

informalmente todos os assuntos tratados nesta Audiência. Constata a complexidade da máquina, mas que muitos trabalham em prol da solução de tudo isso. Realça o trabalho da Ouvidoria do TJCE – que a equipe está sempre disponível e disposta a receber as demandas. Colocou-se à disposição pelos meios eletrônicos, como *e-mail*, *whatsapp* e atendimento presencial.

Des.^a Tereze Neumann Duarte Chaves
Ouvidora do Poder Judiciário